



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 80ª reunião, realizada em 22 de outubro de 2014

1 Em 22 de outubro de 2014, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e suplentes: o presidente
5 Germano Luis Gomes Vieira, chefe de Gabinete da SEMAD; Victor Soares Lopes, da
6 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Paulo Sérgio
7 Machado Ribeiro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
8 Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
9 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Andréa Greiner da Cunha Salles, da
10 Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop); Gibran Conde Guedes,
11 da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da
12 Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Júnio Magela Alexandre, da Comissão de Meio
13 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de
14 Minas Gerais; Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
15 e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Josálvaro de Castro Guimarães, do
16 Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – representantes do poder
17 público; Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de
18 Minas Gerais (Fiemg); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e
19 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do
20 Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
21 Gerais (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais
22 e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Fábio Henrique Vieira
23 Figueiredo, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
24 (Sindiextra); Leila Margareth Möller, da Associação Brasileira de Engenharia
25 Sanitária e Ambiental (Abes); Luiz Carlos Silva Machado, da Ordem dos Advogados
26 do Brasil (OAB); Gustavo Henrique Wykrota Tostes, do Fórum Nacional da
27 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Ronaldo Rajão
28 Santiago, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) –
29 representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta.** 1) **HINO NACIONAL**
30 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O
31 presidente Germano Luis Gomes Vieira declarou aberta a 80ª reunião da Câmara
32 Normativa e Recursal. 3) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
33 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “O
34 governo do Estado encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa, nº
35 5272/2014, que diz, de maneira resumida, o seguinte: ‘Todos os projetos que forem
36 elaborados pelo Hidroex estarão automaticamente acolhidos pelo recurso do Fhidro’.
37 Eu acho que esse projeto tem que ser acompanhado e debatido, porque essa não é a

38 concepção de um fundo público. Aqueles projetos elaborados pelo Hidroex não
39 seriam submetidos à avaliação do conselho do Fhidro. Eles serão automáticos. Está,
40 na verdade, pegando recurso público de um fundo e realizando uma ação que deveria
41 ser realizada com recurso orçamentário. Essa é uma forma de esvaziar um fundo
42 público, o que historicamente é feito no Brasil. Quanto ao orçamento do Estado, o
43 governo encaminhou, no dia 30 de setembro, a proposição, e a Assembleia marcou
44 para novembro a apresentação de emendas. Eu analisei o capítulo da agricultura
45 familiar, e a experiência de participação na Assembleia é boa. Na questão do meio
46 ambiente, eu só olhei o item do programa Bolsa Verde, para o qual estão previstos R\$
47 37 milhões, o que corresponde ao passivo que teria que ter sido pago em 2012, 13 e
48 14 e não se pagou. Se a minha conta estiver certa, significa que no ano que vem não
49 haverá edital para o programa Bolsa Verde. Com relação à regularização fundiária de
50 Unidades de Conservação, tradicionalmente, o governo joga para a compensação
51 ambiental e abre só a janela na rubrica. Eu acho importante acompanhar a reunião na
52 Comissão de Meio Ambiente, no dia 6, às 9h30. É um espaço importante de
53 participação.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Complementando, o Bolsa
54 Verde até saiu do site do IEF, e não sei aonde foi parar. Estamos procurando e não
55 estamos encontrando.” Conselheiro Júnio Magela Alexandre: “Apenas reiterando o
56 convite para todos participarem, no dia 6 de novembro, às 9h35, no auditório da
57 Comissão de Meio Ambiente, que irá fazer uma reunião conjunta com a Comissão de
58 Participação Popular e Turismo, para discutir o PPAG, e esse ponto será debatido.” **4)**
59 **EXAME DA ATA DA 79ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 79ª
60 reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 24 de setembro de 2014. **5)**
61 **MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PARA EXAME E**
62 **DELIBERAÇÃO. 5.1) Minuta de Deliberação Normativa COPAM que dispõe**
63 **sobre os parâmetros básicos para a identificação e análise da vegetação primária**
64 **e dos estágios sucessionais da vegetação secundária das formações savânicas**
65 **associadas ao Bioma Mata Atlântica, para fins de aplicação do seu Regime**
66 **Jurídico. Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: conselheiros Mauro da**
67 **Fonseca Ellovitch, Denise Bernardes Couto, Ana Paula Bicalho de Mello,**
68 **Gustavo Henrique Wyrota Tostes, Fábio Henrique Vieira Figueiredo e Henrique**
69 **Augusto Reis.** A Câmara Normativa e Recursal aprovou por unanimidade a proposta
70 de Deliberação Normativa, nos termos apresentados pelo Grupo de Trabalho, com
71 nova redação para a Ementa: “Estabelece regra transitória até que o COPAM edite
72 norma sobre os parâmetros básicos para a definição de estágio sucessional de
73 formações savânicas existentes na área do Mapa de Aplicação da Lei Federal nº
74 11.428/2006, para fins de aplicação do regime jurídico de proteção do Bioma Mata
75 Atlântica.” O prazo de um ano fixado para a regra de transição foi aprovado por
76 maioria, tendo sido registrados votos contrários do conselheiro Eduardo Antônio
77 Arantes do Nascimento, que propôs prazo até maio de 2015, e Ana Paula Bicalho de
78 Mello, que propôs a não fixação de prazo. Foi registrada ainda abstenção do
79 conselheiro Ronaldo Rajão Santiago. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
80 **EXAME DE RECURSO DE CONDICIONANTE DE REVALIDAÇÃO DE**

81 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Votorantim Siderurgia S/A. UHE Sobragi.**
82 **Barragem de geração de energia hidrelétrica. Belmiro Braga/MG. PA**
83 **01857/2004/006/2012. Condicionante nº 9. Retorno de vista: conselheira Paula**
84 **Meirelles Aguiar.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único
85 da Supram Zona da Mata. 7) **EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE**
86 **ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE MINAS GERAIS.**
87 **ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. Apresentação: FEAM.** Larissa,
88 representando a Gerência de Energia e Mudanças Climáticas, fez apresentação para a
89 Câmara sobre o andamento da elaboração do Plano de Energia e Mudanças
90 Climáticas do Estado de Minas Gerais. Em seguida, prestou esclarecimentos
91 solicitados pelos conselheiros. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
92 Nascimento solicitou uma posição da FEAM sobre o acolhimento ou não das
93 propostas encaminhadas. “Eu queria registrar que nós, da Fetaemg, encaminhamos
94 algumas propostas e agora estamos entregando aqui propostas da Rede de
95 Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro e da Associação de Agroecologia. De
96 certa forma, essas propostas são compartilhadas pela Fetaemg.” Os conselheiros
97 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento e Ana Paula Bicalho de Mello
98 questionaram sobre a realização do seminário estadual, previsto anteriormente, com
99 os componentes dos diversos eixos temáticos. Larissa, representante da FEAM,
100 prestou os seguintes esclarecimentos: “Realmente, por falta de tempo,
101 provavelmente, não deverá haver esse seminário. Haverá só para os GTs setoriais,
102 agricultura, energia, uso do solo etc. Sobre as contribuições, possivelmente, ainda
103 nesta semana, serão enviadas aos participantes as diretrizes e as ações, para algum
104 parecer e contribuições. E nós vamos analisar também essas novas contribuições que
105 foram entregues.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu não
106 posso, em nome da razão, aceitar o argumento de que não irá realizar a reunião
107 estadual por falta de tempo. Inclusive, foi aprovado aqui e foi sempre reafirmado pela
108 presidente da FEAM, que é quem coordena o processo. Outra coisa que está me
109 preocupando no plano é que, inicialmente, a concepção era de que fossem
110 estabelecidas as metas por eixo temático, e isso está sendo deixado de lado, sendo
111 transformado só em diretrizes. Eu acho que é uma perda, porque a diretriz orienta, e a
112 meta é que fala até onde se quer chegar. Sem meta, eu desconheço forma de se
113 cobrar. Então eu queria deixar isso claro aqui e acho que valeria um esforço, que seja
114 feita em um dia só, mas seria muito importante essa reunião dos grupos temáticos,
115 para se tentar sistematizar e unificar, porque, nesta questão, quando se separa por
116 eixo temático, é apenas uma questão metodológica, pois as questões são conjuntas.
117 Então eu acho que há uma perda metodológica na hipótese de só vocês do governo,
118 da SEMAD, da FEAM darem o contorno final ao documento.”
119 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Ficam registradas as considerações e
120 também a necessidade de a FEAM responder, formalmente, e que a servidora Larissa
121 encaminhe para a Presidência da FEAM a solicitação de uma reunião pública com os
122 grupos e também dê retorno ao Conselho.” José Antônio Ribeiro, representante da
123 Subsecretaria de Agricultura Familiar, da Seapa, comentou sobre as propostas

124 apresentadas pela Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, pela
125 Associação de Agroecologia e pela Fetaemg e manifestou o seu apoio. Comentou
126 ainda sobre a necessidade de garantias orçamentárias. “Gostaríamos que realmente
127 levassem em consideração essas propostas, que estão sendo construídas de forma
128 muito participativa e exemplar na região, que acreditamos que, neste tema da
129 mudança climática, seja das mais vulneráveis no Estado de Minas Gerais. E gostaria
130 de chamar a atenção dos conselheiros quanto a outra questão importante. A
131 informação que temos é que, de ação orçamentária para execução deste plano no
132 PPPAG e no orçamento do ano que vem, tem uma ação na SEMAD, que faz a
133 coordenação do plano, mas nos outros setores, nas diversas Secretarias envolvidas, a
134 informação que temos é que não tem ação orçamentária para esse fim. Como não tem
135 na proposta encaminhada pela Seplag à Assembleia, é importante a outra opção, de
136 discutir com os parlamentares e comissões da Assembleia a inclusão de ação, por
137 exemplo, na Seapa, para se tocar aquilo que couber a ela nessas diretrizes setoriais da
138 agricultura, floresta e outros usos do solo. Eu acho que é importante chamar a atenção
139 dos conselheiros para fazerem essa discussão até o fim do ano, lembrando que a
140 revisão do PPAG na Assembleia se dará de 4 a 7 de novembro de 2014.”
141 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
142 Germano Luis Gomes Vieira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

143
144 **APROVAÇÃO DA ATA**

145
146
147 **Presidente Germano Luis Gomes Vieira**